

RESENHA

OUSADIA, CONTEXTOS, DESCONSTRUÇÃO: TEORIAS DO CURRÍCULO¹

Idelsuite de Sousa Lima²

Apresento, neste texto, uma resenha do livro Teorias do currículo, de autoria de Alice Casimiro Lopes e Elizabeth Macedo, uma publicação marcante, com notável distinção e potencialidade. Com efeito, o campo do currículo no Brasil é contemplado com a divulgação de mais uma obra específica, levada a efeito pela editora Cortez. O livro Teorias de Currículo vem suprir uma lacuna nos cursos de Pedagogia e licenciaturas e até nos cursos de Pós-Graduação em Educação, em que há ausência de textos que contemplem discussões acerca da história intelectual do campo do currículo.

A ousadia em publicar um livro denominado Teorias de Currículo é reconhecida pelas autoras, em virtude da complexidade temática geradora de questionamentos, circunstanciada pelos riscos de inclusões e exclusões próprias ao desafio de apresentar em um texto tal envergadura. Ao elencarem as motivações para a elaboração da obra, as autoras afirmam que a escrita sinóptica cerca-se de muitos riscos, sobretudo porque, dentre outras alusões, tais “perigos são intensificados numa contemporaneidade em que a ideia de fundamento é posta em xeque” (p. 9). Todavia, a ausência de produções textuais com tal abordagem torna justa a suposta audácia de sua escritura, constituindo-se numa salutar intrepidez, num ato corajoso para tornar possível sua edição.

As autoras iniciam o texto situando os muitos perigos de circundam a produção do mesmo, mas enfrentam a provocação sem, no entanto, pretenderem fixar sentidos. Relatam a dificuldade na organização e eleição dos temas, tendo em vista a hibridização do campo curricular, com enfoques e perspectivas múltiplas. Abordam proposições teóricas, lançam ideias, ampliam a possibilidade de comunicação do campo, referenciam significados, sem, no entanto, distanciarem-se dos textos originais. A disposição sinóptica dos textos em nada reduz a substância de sua originalidade, mas possibilita que estes sejam utilizados pelos professores universitários como uma forma de “[...] sistematização de alguém com quem podem dialogar na construção de sua prática curricular” (p. 12).

A lógica da organização temática tem relação com o processo de pesquisa e de construção do campo do currículo desenvolvido pelas autoras. Ao longo do texto dialogam com autores e temas diversos, revelam sentidos e significados construídos em suas trajetórias de pesquisadoras, ao tempo em que possibilitam ao leitor o diálogo com seus percursos e com outros sentidos do currículo. A exposição temática valoriza aspectos cruciais do campo curricular, estando subjacente no desenvolvimento dos textos a história intelectual do currículo. O caráter histórico do campo curricular que permeia a escrita dos textos fecunda o pensamento de autores que lidam com os temas selecionados, tornando-se emblemática a apresentação de Teorias de Currículo.

¹ Resenha do livro Teorias de Currículo, de autoria de Alice Casimiro Lopes e Elizabeth Macedo. São Paulo: Cortez, 2011.

² Professora da Universidade Federal de Campina Grande.

Trata-se de um texto que tem relação com o aspecto autobiográfico que expressa. Abrange uma discussão intensa, com redação e linguagens acessíveis, abordando, com rigor, premissas substancialmente importantes para os estudos do campo curricular. O livro é composto por onze capítulos, cuja abordagem temática focaliza contextos espaço-temporais diversos, ao tempo em que dialoga com tendências, perspectivas, epistemologias, deslocamentos, desconstruções, fazendo emergir percursos de autoria na consecução dos processos investigativos vivenciados pelas autoras da obra. Tópicos apresentados no sumário destacam temas oriundos da tradição dos estudos do campo e, inauguram outros advindos de perspectivas teóricas atuais.

No primeiro capítulo nomeado 'Currículo' as autoras antecipam o posicionamento acerca da impossibilidade de responder à pergunta "o que é currículo", uma vez que a escrita e definição de um termo traz embutido o conjunto de perspectivas e conotações a que a acepção está inserida. Preferem considerar que o movimento de criação de novos sentidos para o termo currículo remete a sentidos prévios, ainda que, para negá-los ou para reconfigurá-los, por isso a opção em destacar sentidos que têm tornado-se mais salientes no decorrer da existência dos estudos do campo.

Assim, no primeiro capítulo, as autoras historicizam a trajetória dos estudos curriculares, referenciando autores e fundamentos que tornaram-se relevantes na historiografia dos estudos curriculares. Situam origens e abordagens que foram acompanhando o desenvolvimento do campo e retratam discussões levadas a efeito pela influência dos movimentos do início da industrialização americana e, nos anos de 1920, no Brasil, com o movimento da Escola Nova, em que a tônica da decisão sobre 'o que ensinar' ganha fôlego e que, para muitos autores tem início, nesse período, os estudos curriculares.

As autoras situam o movimento do eficientismo social e do progressivismo das teorias norte-americanas. Assinalam princípios que foram servindo de base às reformas curriculares brasileiras, destacando a concepção de currículo consubstanciada em tais princípios. Citam as contribuições Deweyana à pedagogia escolanovista, na década de 1920, as marcas da racionalidade técnica de influência Tyleriana, as chamadas abordagens científicas que entendem o currículo como aparato de controle social, as teorias da reprodução e da violência simbólica, as ideias de currículo oculto, a matriz fenomenológica, as formulações da pedagogia Freireana e sua relação com o mundo-da-vida dos sujeitos, a compreensão do currículo como texto, os estudos pós-estruturais e o currículo como prática discursiva e de significação.

O capítulo dois, denominado 'Planejamento', aborda o tema mais recorrente à noção de currículo da tradição, que o concebia como o estudo das formas de planejá-lo. Essa noção de planejamento ainda é bastante forte no meio educacional brasileiro, compreensão que se estende também sobre o currículo. Para apresentarem historicamente o tema, as autoras focalizam a racionalidade tyleriana, cuja influência no Brasil foi marcante, principalmente até meados dos anos de 1980, com resquícios tênues, mas muito presentes em reformas educacionais.

As autoras fazem uma retrospectiva da elaboração curricular de Tyler, relacionando-a à abordagem do currículo por competência utilizada por César Coll, organizador de propostas curriculares de vários países, inclusive do Brasil. Lopes e Macedo não se restringem a relatar os estudos sobre o tema, mas sugerem possibilidades de pensar o planejamento curricular a partir de outras bases teóricas, incorporando discussões pós-estruturais. Nessa direção, indicam o movimento desenvolvido por Pinar e na mesma linha autobiográfica destacam a ideia de "currículos centrados nas histórias de vida dos sujeitos a partir das quais os 'conteúdos' curriculares se tornam existencialmente significativos" (p. 66). Fazem referência à experiência de planejamento em torno de temas culturais, defendida por Sandra Corazza, em

publicações nos anos de 1990, que compreende o planejamento como um texto pedagógico produzido nas escolas e que o ato de planejar é uma prática deliberada de construção de outros significados curriculares.

O terceiro capítulo é alusivo ao ‘Conhecimento’. De acordo com as autoras, esse talvez seja o tema que congrega maior destaque ao longo da história do currículo. Em torno do questionamento sobre qual conhecimento a ser ensinado, as discussões acerca do que é currículo ganham força e servem de respaldo para a consecução daquilo que diferentes concepções e interesses colocam em apreço. É, pois sobre o conhecimento a ser ensinado-aprendido que finalidades da escolarização tomam corpo e se edificam.

As autoras elegem quatro vertentes do campo do currículo para tratarem do tema em foco, quais sejam: a perspectiva acadêmica, a perspectiva instrumental, a perspectiva progressivista e a perspectiva crítica. Ainda que considerem mescla de sentidos entre as vertentes, as autoras apresentam os pressupostos de diferentes autores, seus significados teóricos-práticos, elementos constantes na busca de responder à indagação sobre “o que conta como conhecimento escolar, considerando as relações entre saberes legitimados e não legitimados?”.

Em meio ao embate apresentado pelas vertentes no que se refere à seleção dos saberes a serem considerados, as autoras propõem outra forma de pensar o currículo. Defendem que “o currículo não é um produto de uma luta fora da escola para significar o conhecimento legítimo, não é uma parte legitimada da cultura que é transposta para a escola, mas é a própria luta pela produção do significado” (p.93).

O quarto capítulo “Conhecimento escolar e discurso pedagógico” é apresentado em três tópicos: a transposição didática, recontextualização e principais contribuições da recontextualização e da transposição didática para as teorias de currículo. Nele, as autoras afirmam que questões curriculares estão diretamente relacionadas com o processo de transformar os saberes legitimados socialmente em matéria escolar, daí porque algumas teorizações se desenvolveram no sentido de procurar entender o processo de pedagogização para fins de ensino e seu impacto na organização do conhecimento.

As autoras abordam os princípios da transposição didática, de Yves Chevallard, salientando que o conhecimento não é um dado, mas que é construído e transformado no processo de ser transposto de um contexto a outro e que, no processo de didatização são incorporados valores sociais. Incluem o tema do discurso pedagógico a partir da teorização da recontextualização de Basil Bernstein, para quem tal discurso é um dispositivo definido como o condutor da mensagem pedagógica. Para Bernstein o discurso pedagógico é em si um princípio recontextualizador, porque desloca e recoloca os discursos originais em novas bases sociais e em novas relações de poder e de controle (p. 102).

Finalizando o capítulo, as autoras apresentam as principais contribuições das teorias da transposição didática e da recontextualização para as teorias de currículo, evidenciando a recontextualização como uma teoria potente para análise das políticas de currículo, uma vez que, há um processo inerente à circulação de discursos e textos geradores de diferentes leituras contextuais, permitindo conceber que a “recontextualização pode se desenvolver pela produção de híbridos culturais” (p. 106).

O título do quinto capítulo é “Disciplina” e trata, dentre outros assuntos, sobre a consecução de finalidades educacionais através das disciplinas, considerando a organização disciplinar como uma técnica de organização e controle de saberes, sujeitos, espaços e tempos

na escola. Salientam que essa organização disciplinar vigora em currículos de diferentes países, configurando uma noção de currículo centrado nas disciplinas.

Abordam a teorização de Ivor Goodson, pesquisador da história das disciplinas escolares, para quem a disciplina escolar não é decorrente de uma simplificação de conhecimentos de nível superior para o nível escolar, mas “construída social e politicamente nas instituições escolares, para atender a finalidades sociais da educação” (p.119).

As autoras fazem referência aos estudos de Popkewitz, para quem não há um saber *a priori*, mas lutas políticas que se hegemonomizam em campos disciplinares. Lopes e Macedo afirmam que “as disciplinas são construções sociais atendem a determinadas finalidades da educação e, por isso, reúnem sujeitos em determinados territórios, sustentam e são sustentadas por relações de poder que produzem saberes” (p.121).

“Integração curricular” é o tema do sexto capítulo. Nele, as autoras relatam que a noção de currículo integrado tem perpassado a história do currículo com denominações diversas, dentre elas a de currículo global, interdisciplinar, currículo transversal, metodologia de projetos. Em função dos princípios utilizados como base de integração, as propostas se pautam em três modalidades: integração pelas competências e habilidades a serem formadas nos alunos, a integração de conceitos das disciplinas mantendo a lógica dos saberes disciplinares de referência e buscando referência em demandas sociais e, numa abordagem de integração das políticas mais amplas.

Referem-se aos propostos da interdisciplinaridade e destacam os estudos de Veiga-Neto que defende os projetos pluridisciplinares, aceitando assim, a legitimidade das disciplinas, quer do ponto de vista epistemológico, quer do ponto de vista contextual, uma vez que assim são organizados os currículos. Na sua visão, através dos tempos, o currículo tanto é um produto quanto é capaz de produzir formas de pensar.

Para as autoras, é necessário “entender como as disciplinas escolares nos formam, como as inter-relações entre saberes são desenvolvidas nas escolas, quais sentidos as diferentes comunidades disciplinares conferem ao currículo” (p.140). Defendem a importância de compreender as disciplinas discursivamente, uma vez que estas são produções decorrentes de determinados significados e de relações de poder que embasam suas articulações.

No sétimo capítulo, ‘Prática e cotidiano’ ganham destaque. Esse é mais um tema relevante e as autoras informam que o mesmo acompanha o desenvolvimento da teorização do campo do currículo, assumindo diferentes sentidos. Referem-se a abordagens da teoria do currículo que têm historicamente voltado-se para a discussão da prática e do cotidiano dos sujeitos. Cita o movimento iniciado por Lawrence Stenhouse que dá origem às pesquisas em sala de aula, em que “os professores são levados a pensar sobre a prática e sobre seus procedimentos como forma de estabelecer a melhor relação entre meios e fins do currículo” (p. 143), além de ter publicado, em 1970, a obra ‘Uma introdução à pesquisa e ao desenvolvimento curricular’.

As autoras abordam estudos voltados para essa temática, citam autores e tendências mais expressivas. Focalizam perspectivas que tais estudos têm sido gerados. Os estudos da escola de matriz etnográfica, de autores como Peter Woods, Donald Schön, Kenneth Zeichner, Ivor Goodson e os estudos nos/dos/com os cotidianos, cuja principal referência são as pesquisas de Michel de Certeau acerca do cotidiano. Discutem a apropriação e o desenvolvimento dos estudos curriculares centrados na escola, no Brasil, sendo o foco de tais pesquisas a busca pelo entendimento da ‘epistemologia’ da prática.

O oitavo capítulo chama-se 'Emancipação e resistência'. As autoras registram que o deslocamento dos estudos curriculares das análises macrocontextuais para a escola passa por dois movimentos: os estudos que elegem a prática e o cotidiano, desnaturalizando a separação entre desenvolvimento e implementação curricular e, outros que se contrapõem às teorias da correspondência e da reprodução. Neste capítulo, dão relevo ao segundo eixo, qual seja, a teoria da resistência, cujo propósito é "entender a escola como *lócus* de luta por hegemonia e não como reflexo determinado das relações hegemônicas" (p.165).

Lopes e Macedo destacam principais estudiosos da resistência, salientando que a divulgação dessa perspectiva no Brasil é influenciada pela literatura inglesa, haja vista a sua maior influência nas obras publicadas no Brasil. Enfatizam aspectos significativos da teoria da resistência e salientam o deslocamento de trabalhos de determinados teóricos, principalmente Henry Giroux para a temática da emancipação, como um avanço significativo em torno dos estudos curriculares. Dentre os estudos brasileiros sobre emancipação destacam-se as pesquisas de Inês Barbosa de Oliveira, que trabalha com alternativas curriculares emancipatórias, a partir dos estudos com o cotidiano.

As autoras revelam propósitos de resignificação da resistência e da emancipação a partir da incorporação dos aportes teóricos pós-coloniais e da teoria do discurso de Laclau e Mouffe, inclusive em seus próprios trabalhos. Defendem que há múltiplas demandas particulares de projetos emancipatórios em busca de hegemonização, em contextos diversos, "uma proposta contingencialmente construída, em lutas culturais e políticas" (p.183).

No nono capítulo, 'Cultura' dá título ao texto. Em consequência da multiplicidade de sentidos que o conceito de cultura congrega na teoria curricular, as autoras anunciam que a abordagem dessa temática não é uma tarefa simples. Salientam que, tradicionalmente, nas perspectivas funcionalistas, a principal função da escola seria a socialização dos sujeitos, levando-os a partilhar uma mesma cultura, mas, contemporaneamente, "essa cultura, de caráter universal, é posta em questão por sociedades que se mostram, a cada dia, mais multiculturais" (p. 185).

Autores que tratam da temática são abordados, como Peter McLaren que defende posturas multiculturais. Dentre os brasileiros, Antonio Flavio Barbosa Moreira é citado pela busca em matizar o pensamento crítico com preocupações pós-modernas no que concerne à cultura e ao multiculturalismo. Mencionam os estudos de Vera Candau que advogam a centralidade do pluralismo cultural nos currículos, numa perspectiva que denomina como intercultural crítica e emancipatória.

As autoras abordam ainda a discussão envolvendo a virada estrutural/pós-estrutural dos estudos culturais, quando a ênfase deslocou-se para a linguagem. Ressaltam as contribuições teóricas de Stuart Hall e Henry Giroux, situando a importância do contato do campo do currículo no Brasil com os estudos culturais, ocorrido durante a segunda metade dos anos 1990. Citam um texto emblemático para os estudos curriculares, de autoria de Stuart Hall, denominado *A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais de nosso tempo*, publicado em 1997. A partir de Stuart Hall, surge o entendimento de que assumir a perspectiva pós-estrutural significa "aceitar que todo e qualquer sentido somente pode ser criado dentro de sistemas de linguagem ou de significação" (p.202).

As autoras reconhecem a importância dos trabalhos de Tomaz Tadeu da Silva, no Brasil, em seus diálogos com Foucault, Derrida, Deleuze, Gatarri. Silva trabalha os nexos entre currículo, práticas de significação e de representação, por entender que o currículo produz identidades sociais. Destacam autores como Nestor Canclini e Home Bhabha como referências importantes nos estudos mais recentes do campo do currículo no Brasil, "como exemplos de

diferentes formas como a cultura como processo híbrido de representação pode ser apropriada” (p.208).

O décimo capítulo trata de “Identidade e diferença”. As autoras anunciam que ao tratarem dessa temática estão atentas em considerar “aspectos das identidades que se relacionam com a participação dos atores sociais em determinados grupos” (p.216). Para isso, abordam questões que interrogam os mecanismos sociais discursivos de estabilização das identidades. Argumentam sobre a importância de pensar a diferença cultural para além da identidade.

Autores como Stuart Hall, William Pinar, Homi Bhabha, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe referenciam os estudos das autoras do texto. Com base em tais fundamentos, salientam a fluidez das identificações e o entendimento dos sujeitos descentrados e políticos. Lopes e Macedo consideram que “abrir o currículo à diferença implica recusar a perspectiva da identidade, rechaçar as fixações que criam as identidades como golpes de força” (p.227). As autoras propõem, por fim, um currículo instituinte, no sentido de desconstruir discursos, desconstruir hegemonias.

O último capítulo do livro é dedicado à ‘Política’. Nele expressam-se discussões sobre a separação entre projeto e implementação curricular, políticas de currículo e o foco na estrutura econômica, a abordagem do ciclo de políticas e, para além desta, os discursos na política de currículo. As autoras sistematizam a escrita do texto apresentando algumas das principais concepções de política a partir de estudos que abordam diferentes perspectivas e teorias, como a administrativa, a ciência social, os estudos estruturais e pós-estruturais. Assinalam que, tanto no Brasil quanto no exterior, grande parte das análises curriculares são mais voltadas à crítica de documentos e projetos do que às investigações relacionadas com as políticas de currículo

As pesquisas em políticas de currículo tomam maior impulso a partir dos anos de 1980, na Inglaterra, mas no Brasil, particularmente o surgimento desse campo tem início nos anos de 1990, muito provavelmente a partir do impacto da circulação de documentos curriculares e efetivação de reformas educacionais nesse período. Diferentes autores pautam-se, numa perspectiva crítica, por concepções de política diferenciadas, destacando-se a crítica estrutural marxista e a abordagem do ciclo de políticas.

As interpretações de Michel Apple influenciam o pensamento curricular brasileiro e Antonio Flávio Barbosa Moreira torna-se um dos autores mais reconhecidos na análise de políticas de currículo, na época. Para as autoras, “a análise de Moreira é predominantemente centrada nos princípios da perspectiva estadocêntrica, uma vez que [...] separa políticas e práticas [...] e tenta constituir um projeto de fixação de identidade do aluno por meio do conhecimento, desconsiderando os múltiplos conflitos na própria fixação discursiva do que vem a ser conhecimento” (p. 244).

Noutra perspectiva, a abordagem do ciclo de políticas, de Stephen Ball é utilizada para questionar o papel do Estado na política educacional. Para Ball, o ciclo contínuo de políticas tem como preocupação central a recontextualização que ocorre nas escolas e, como modelo analítico, esse ciclo é composto por três contextos inter-relacionados, o contexto de influência, o contexto de produção do texto político e o contexto da prática. A abordagem do ciclo de política passa a referenciar novos estudos, sendo o grupo de pesquisa do qual as autoras participam o de maior evidência no Brasil. As pesquisadoras buscam superar, de forma mais significativa e a partir de enfoques discursivos, a separação de política e prática, projeto e implementação curricular.

No último tópico do capítulo, denominado 'Para além do ciclo de políticas: os discursos na política de currículo', as autoras destacam as contribuições dos estudos de Ball para análise de políticas de currículo, mas aprofundam a discussão incorporando a teoria do discurso de Ernesto Laclau. Entendem que "qualquer discurso é uma tentativa de dominar o campo da discursividade, fixar o fluxo das diferenças e construir um centro provisório e contingente de significação" (p.252). Concluem, afirmando que o currículo é uma luta política por sua própria significação e que a divulgação da obra é também uma forma de participar dessa luta.

A partir da leitura realizada é possível afirmar que as discussões apresentadas, os autores citados, os textos referenciados constituem um arcabouço teórico para estudos interpretativos do campo curricular, potencializando novos estudos, novos sentidos para o campo do currículo. Uma leitura indispensável para os que se dedicam à disciplina Currículo em cursos de formação de professores, aos pesquisadores do campo, aos estudantes das licenciaturas e professores de modo geral. O texto é instigante e as contribuições dos estudos evidenciados dão margens a novas interpretações, podendo gerar outros movimentos, outros sentidos, novos significados.